

ATA Nº 27

Aos vinte e oito dias do mês de setembro ano de **dois mil e treze** pelas nove horas e trinta minutos teve lugar, no **Auditório Dr. Jorge Gama**, nos **Paços do Concelho a Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, cuja convocatória, datada do dia vinte do mesmo mês, constavam da **Ordem de Trabalhos**:

I – Período de Intervenção do Público.
II – Período de “Antes da Ordem do Dia”.
III – Período da “Ordem do Dia”, com os seguintes pontos:
<p>1º- Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal; 2º- Informação Económico Financeira do Município de Valença 1º Semestre de 2013 3º- Taxas Municipais para 2014; 4º- Compromissos Plurianuais Assumidos; 5º- Recrutamento Excecional.</p>

O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alberto Luís de Oliveira Vilas** após constatar a existência do necessário quórum, deu início aos trabalhos, proferindo a habitual saudação protocolar. A todos os presentes deu as boas vindas, àqueles que já costumam estar e àqueles que vêm em regime de substituição, desejando um trabalho profícuo para todos.

Pela Mesa foram consideradas justificadas as faltas que chegaram ao Secretariado de Apoio e/ou foram presentes à sessão, da Deputada (Segunda Secretária) Paula Natal, substituída pelo Deputado Paulo Alexandre Teixeira Gonçalves, do Deputado José Manuel Bastião Veríssimo, substituído pelo Deputado Carlos Esteves, do Grupo Municipal do PSD; da Deputada Liliana Ribeiro Pereira, substituída pelo Deputado Fernando Rodrigues; do Grupo Municipal do CDS. Sem elementos a substituir, faltaram ainda os Deputados; Rui Miguel Ferreira, Manuel António Soares de Brito, Carlos Miguel Natal, Dora Ferreira e Jorge Dinis.

O **Presidente da Mesa** solicitou ao Sr. Deputado Francisco Romeu para ocupar o lugar de Segundo Secretário para que a Mesa ficasse completa, devido à ausência da Segunda Secretária.

Estiveram presentes os Srs./Sras, Deputados/as: Alberto Vilas; Mário Rui Oliveira; Inês Ferreira; Aurélia Correia; Augusto Natal; Elisabete Frade Viana; Pinto Neves; Cláudia Labrujó; António Soares Pereira; Mário Andrez; José António Nogueira; Maria da Conceição Pereira; Luís Amorim; Salustiano de Faria; Margarida Rodrigues; Sebastião Alves; Francisco Romeu; Fernando Aprício; Augusto Areias; Jorge Gonçalves; José Carlos Sousa; Maria Isabel Sousa; António Sousa; Manuel Fernandes; Mário Cruz; Miguel Abreu; Avelino Fernandes; Manuel Afonso e Manuel Álvaro Gomes.

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

O **Presidente da Mesa**, abriu de seguida as inscrições ao público para intervenção no **I Período da Ordem de Trabalhos**. Não havendo público a intervir de imediato passou para o seguinte período.

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

O **Presidente da Mesa**, prosseguiu, dando a palavra ao **Primeiro Secretário, Mário Rui Oliveira** que, após as saudações protocolares, dirigidas a todos os presentes, procedeu à leitura sumária do expediente recebido e expedido. Informou de igual modo, que toda a documentação se encontra à disposição dos Senhores Deputados, no dia da Sessão, na Mesa, e sempre no secretariado de apoio, na Casa das Varandas.

De seguida, o **Presidente da Mesa**, segundo as disposições regimentais, submeteu à discussão a Ata nº 26 da última Sessão Extraordinária deste órgão.

Houve a intervenção do **Sr. Deputado José António Nogueira** que, após as saudações protocolares endereçadas a todos os presentes, começou por dizer que, uma ata é uma súmula daquilo que contém aquilo que mais relevante se passa numa Assembleia, continuando a referir de que a própria ata reconhece que existem pontos importantes não contemplados, nomeadamente ao ser referido “gravação não perceptível”. Refere que, mais teria a dizer mas, porque incorreria em contradição com o que foi decidido pela Comissão Nacional de Eleições, por estes factos e pelas ilações que (não) retirou, vota contra a sua aprovação.

De seguida, o **Sr. Presidente da Mesa** informou que ficou registado a posição do Sr. Deputado sobre o conteúdo da Ata nº 26.

Colocada à discussão a Ata nº26 registou, num universo de 30 votantes o seguinte resultado: **2 votos contra**, dos Srs. Deputados (José António Nogueira e Mário Andrez); **5 abstenções** dos Srs./as Deputados/as (Conceição Pereira, Cláudia Labrujó, Elisabete Viana, Álvaro Gomes e Paulo Gonçalves) e **23 votos a favor**. Desta forma, **foi a ata n.º26 aprovada por maioria**.

O Presidente da Mesa comunicou sob a entrada de um voto de protesto nesta Reunião, pelo que solicitou aos serviços que fossem tiradas fotocópias do referido documento, sendo que, enquanto estavam a ser fotocopiadas, o Presidente da Mesa questionou se havia mais recomendações ou votos de protestos, para fazerem o favor de fazê-los chegar à mesa. Por não haver mais nenhum documento, o Presidente da Mesa informou de que, enquanto se aguardava pelas fotocópias seria distribuída a ficha de presenças, para os Senhores Deputados fazerem o favor de assinar.

Na continuação, após receção do documento já fotocopiado e entregue a cada grupo municipal, o Presidente da Mesa propôs uma metodologia relativa a este voto de protesto, a qual consistiria numa primeira fase na sua leitura e depois, seriam dados cinco minutos para reflexão. Após este período, então seria levado a discussão e votação. De seguida, o Presidente da Mesa questionou sobre a concordância da referida metodologia, sendo que, todos os membros presentes, concordaram com a mesma. Com este seguimento, o Senhor Primeiro Secretário, procedeu à sua leitura:

“Considerando que é entendimento da Comissão Nacional de Eleições (CNE) que a realização de reuniões de órgãos autárquicos na véspera do dia de eleições é inconveniente, recomendando-se que não ocorram, porquanto a sua realização é suscetível de consubstanciar um ato de propaganda em dia de reflexão;

Considerando que consabidamente, os prevaricadores incorrem nas responsabilidades previstas na Lei – inclusive e também, no caso em apreço, do foro criminal;

Considerando que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não obstante, em devido tempo, terem-lhe sido presentes documentos específicos e idóneos, conforme os dois, em anexo,

para que se remete - a propósito, persistiu e manteve como data para a obrigatória realização da sessão Ordinária de Setembro da Assembleia Municipal de Valença, este dia 28 – véspera das eleições autárquicas 2013.

***Considerando** que os pontos agendados têm vasta e fortíssima componente e implicações sócio-económicas e, maxime políticas que tornam, a nosso modo de ver, imprescindível debate franco, aberto, não constrangido e alargado, obrigando a propostas, respostas e decisões da mesma índole, então, inelutávelmente, (mais que) suscetíveis de serem enquadradas e caírem no conceito de “acto de propaganda”;*

***Considerando** que a democracia exige ser vivida em plenitude e actuar-se em conformidade, nomeadamente quanto ao livre expressar de ideias e convicções, ao estabelecer das premissas e extrair as pertinentes conclusões, sendo que os eleitos locais e, neste caso, os Deputados na Assembleia Municipal de Valença – não só podem como devem ser intransigentes na defesa dos direitos e interesses do Município e dos seus concidadãos, sem quaisquer peias ou entraves, no respeito das convicções que perfilhem o que, sem margem para dúvidas, pode influenciar e repercutir (n)os resultados das votações de todos e, cada um, dos concretos pontos da ordem de Trabalho submetida; e;*

***Considerando** que a Câmara Municipal sabia e/ou não podia ignorar o que, maxime, dispõem os arts. 1.º e 2.º da Lei n.º 47/2005, de 29 de Agosto e o art.49º n.1 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redação em vigor, a conjugar com o estabelecido na legislação eleitoral, pelo que deveria ter precavido e prevenido que o período de “reflexão eleitoral” não pudesse vir a ser, ou seja, minimamente beliscado.*

Assim, os líderes dos grupos municipais da CDU e do PS e o deputado independente Manuel Álvaro Guimarães Gomes, em nome das regras que o estado de direito democrático dita, atento o que antecede e, sobretudo, firmando-se no aduzido e prestado pela Comissão Nacional de Eleições, ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 1, do at.13º do Regimento AMV, demarcando-se do agendamento desta sessão da Assembleia Municipal para a véspera das eleições autárquicas 2013, apelam à emissão de um voto de protesto pela sua marcação para esta data.

Pugnam, em consequência, para que, após, venha a inexistir quórum, pelo que irão abandonar os seus lugares, para que a Assembleia Municipal de Valença, futuramente, sem os constrangimentos decorrentes e impostos pela legislação eleitoral em confronto com a demais, livre e esclarecidamente, possa vir a deliberar sobre os pontos para esta data agendados, como de facto e de direito lhe compete. Desde já, independentemente do resultado da votação desta moção, solicitam o envio de certidão integral da ata desta Sessão da Assembleia Municipal, para a CNE, DGAL e ANMP, acompanhada da respetiva gravação áudio, bem como desta Moção e dos documentos com ela juntos.

Valença, aos vinte oito dias do mês de setembro do ano dois mil e treze e assinado pela líder do Grupo Municipal da CDU: Deputada Cláudia Labrujó, pelo Líder do Grupo Municipal do PS: Deputado José António Nogueira e pelo Deputado Independente: Álvaro Gomes.”

Finda a leitura do referido voto de protesto, o Presidente da Mesa agradeceu ao Senhor Primeiro Secretário e comunicou de que, conforme anteriormente dito, dará cinco minutos para que cada grupo municipal se possa reunir para efetuarem a respetiva análise a este documento, perguntando quem se queria inscrever para a sua discussão. Inscreveram-se: a Senhor Deputada Inês Ferreira e o Senhor Deputado Salustiano Faria.

Após findo o período da respetiva análise, o Senhor Presidente da Mesa retomou os trabalhos da Reunião, passando para este efeito a dar a palavra à **Sra. Deputada Inês Ferreira** que após endereçar saudações protocolares aos membros presentes, referiu de que passaria a ler o artigo

39º da Lei Orgânica nr. 1/2001, de 14 de Agosto na qual é afirmada o seguinte: “ *Entende-se por propaganda eleitoral toda a atividade que vise direta ou indiretamente promover candidaturas seja dos candidatos, seja dos partidos políticos, dos titulares dos seus órgãos ou dos seus agentes, das coligações, dos grupos de cidadãos proponentes ou de quaisquer outras pessoas nomeadamente a publicação de textos ou imagens que expressem ou reproduzam o conteúdo dessa atividade . No site da Comissão Nacional de Eleições lê-se o seguinte: a propaganda eleitoral consiste na atividade de promoção de ideias, opções ou candidaturas políticas, baseia-se nas ações de natureza política e publicitária desenvolvidas pelos candidatos, seus apoiantes e mandatários ou representantes destinada a influenciar sobre os eleitores de modo a obter a sua adesão às candidaturas e em consequência a conquistar o seu voto.*”.

Entretanto recorde que a CNE tal como já referido em resposta à questão colocada pelo Senhor Deputado José António Nogueira diz o seguinte: “*Em resposta à mensagem de V. Ex.a sobre o assunto acima identificado, informo que é entendimento da CNE que a realização de reuniões de órgãos autárquicos na véspera do dia das eleições é inconveniente, não proíbe, recomendando que não ocorram por quanto a sua realização é suscetível de consubstanciar um acto de propaganda em dia de reflexão. Não proíbe, diz que é ...suscetível, de...*”

Após esta intervenção, o Presidente da Mesa agradeceu à Sra. Deputada Inês Ferreira, passando de seguida a dar a palavra ao Sr. Deputado Salustiano Faria, o qual, prescindiu do uso da mesma.

Neste sentido, o Presidente da Mesa comunicou de que estavam reunidas as condições para votar o referido documento num universo de trinta e dois (32) votantes.

Após votação, verificaram-se os seguintes resultados relativos ao voto de protesto apresentado: vinte **(20) votos contra**, dos Srs. Deputados (Alberto Vilas, Rui Oliveira, Francisco Romeu; Inês Ferreira, Aurélia Correia, Augusto Natal, Elisabete Viana, Pinto Neves, Carlos Esteves, Paulo Gonçalves, Fernando Fernandes, Sebastião Alves, Manuel Afonso, Fernando Rodrigues, Miguel Abreu, António Lima, José Areias, Jorge Gonçalves, Avelino Fernandes, Soares Pereira); zero **(0) abstenções**; doze **(12) votos a favor** dos Srs. Deputados (Cláudia Labrujó, Salustiano Faria, Mário Andrez, José Nogueira, Luís Amorim, Conceição Pereira, Margarida Rodrigues, Mário Cruz, José Carlos, Isabel Sousa, Manuel Fernandes e Álvaro Gomes).

Desta forma, foi o voto de protesto **rejeitado por maioria.....**

Neste sentido, o Presidente da Mesa referiu de que, a maioria dos membros desta Assembleia entendem que a Assembleia teria condições para continuar, no entanto, o Presidente da Mesa informou os subscritores do voto de protesto que irá cumprir o pedido efetuado de enviar toda a documentação da presente Reunião para a CNE, DGAL e ANMP, porque a Mesa está convicta de que não está a ultrapassar as regras que estão estabelecidas.

Após respetivos cumprimentos, os Srs. Deputados: Cláudia Labrujó, Mário Andrez, José António Nogueira, Luís Amorim, Conceição Pereira, Margarida Rodrigues, Mário Cruz, José Carlos, Isabel Sousa, Manuel Fernandes e Álvaro Gomes, saíram da Reunião.

Na continuação, o Presidente da Mesa solicitou aos Senhores Secretários para confirmarem o quórum, verificando-se a presença de 21 Deputados, portanto acima da margem necessária para existência do mesmo, permitindo desta forma condições para prosseguir com os trabalhos, de acordo com a vontade dos que os queriam realizar.

O Presidente da Mesa recordou de que as intervenções a seguir proferidas no decorrer da sessão, naturalmente terão que decorrer com parcimónia dentro daquilo que está estabelecido por lei e cada deputado individualmente poderá discutir o que muito bem entender sob os pontos da ordem

de trabalho e, naturalmente, nenhum deputado irá aproveitar-se para fazer divulgação política, campanha eleitoral ou exibição de elementos, que podem ser suscetíveis de serem considerados como campanha eleitoral.

Deste modo, o Presidente da Mesa prosseguiu com a ordem de trabalhos e passou ao Período destinado às intervenções políticas e às interpolações orais ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença.

Dado que, conforme verificado pelo plenário, o Senhor Presidente da Câmara Municipal não estava presente mas sim, em sua substituição, o Senhor Manuel Lopes como Vice-Presidente da CMV.

Desta forma, o Presidente da Mesa perguntou quem se queria inscrever neste ponto da Ordem De Trabalhos, verificando-se as seguintes inscrições dos Senhores Deputados: Salustiano Faria, Pinto Neves e Inês Ferreira. De seguida, foi dado o respetivo bloco de tempo para que o **Sr. Deputado Pinto Neves** fizesse uso da sua palavra, o qual, após ter endereçado as suas saudações protocolares a todos os membros presentes, informou de que não iria fazer nenhuma interpelação, no presente caso ao senhor Vice – Presidente da Câmara Municipal de Valença, pretendendo antes realizar outro tipo de intervenção. Neste sentido, comunicou de que no presente dia terminava o mandato autárquico e com ele finda também a sua participação na Assembleia Municipal. Durante quatro anos, procurou reportar ao Órgão, com a sua modesta contribuição, algumas ideias que pudessem servir Valença. Neste momento de partida, gostaria de fazer três apelos aos deputados que vão continuar a ocupar as cadeiras da Assembleia Municipal:

Primeiro, apela aos que ficarem em maioria, sejam eles quais forem, que ouçam as vozes dos que ficaram em minoria, sendo que aquando de propostas positivas, não sejam rejeitadas sistematicamente só porque são da oposição;

Segundo, apelou aos que ficarem em minoria que procurem trazer sempre algo de bom para a população valenciana e, finalmente, apelou que todos pudessem agilizar este Órgão, a começar pelo regimento interno e não a desgastar tempo, sem resultado para a comunidade valenciana e comunicou de que, todos devem procurar trazer dentro do possível senso e bom senso nas intervenções e deliberações do Órgão, ou de outro modo, estar-se-á a debilitar a tão pregoada democracia. Na sua intervenção, o Sr. Deputado Pinto Neves, ultimou, referindo que no lapso de tempo que durou o seu mandato, sempre procurou cultivar a amizade com todos os Deputados, fosse qual fosse a sua perspectiva política, finalizando a sua intervenção, com um abraço de reintegrada amizade para todos os companheiros da jornada findada e, por último, comunicou de que irá votar favoravelmente todos os pontos da ordem de trabalhos da presente sessão.

O Presidente da Mesa agradeceu a referida intervenção e de seguida passou a palavra à **Sra. Deputada Inês Ferreira** que após saudações protocolares, lamentou o facto de não estarem presentes todos os membros, referindo de que, durante quatro anos, cada membro independentemente do seu quadrante partidário, de certeza que exerceu o seu poder conferido pelos seus concidadãos como um dever de participação cívica, tendo sempre como objetivo último o bem do município. Foram encontrados momentos de consenso mas também outros de divergência. Esta singularidade é que torna a democracia o melhor regime para o governo, quer das nações quer das comunidades locais. Estamos certos que aqueles que seguirão comungarão do nosso espírito em que que o debate de ideias seja uma constante respeitando a dignidade de cada um e do Órgão que o constituem.

O Presidente da Mesa agradeceu a intervenção da Senhora Deputada e de seguida passou a palavra ao **Sr. Deputado Salustiano Faria**. Este, no uso da sua palavra, iniciou a sua intervenção,

endereçando saudações protocolares a todos os presentes, referindo de que, antes da intervenção em si mesma, pretendia fazer referência e informar os membros sobre o aterro sanitário, solicitando para esse efeito a não contabilização de tempo. O Presidente da Mesa ao exposto, reforçou o facto de que o Sr. Salustiano Faria na qualidade de Presidente da Comissão de Acompanhamento do Aterro Sanitário, teria todo o sentido a sua intervenção e que os membros desde já ficariam agradecidos pela sua disponibilidade na prestação das informações seguintes, sendo que o tempo de intervenção, naturalmente não será levado em conta.

Desta forma, o **Sr. Deputado Salustiano Faria**, fez questão de salientar que, o facto de ter sido um subscritor do voto de protesto e, ao contrário dos outros membros não ter abandonado a presente Reunião é exatamente motivado pelo facto de ser Presidente da supra-mencionada Comissão de Acompanhamento ao Aterro Sanitário e, dado que, pelos membros foi eleito para liderar a referida comissão durante oito anos, a eles também tem a obrigação de prestar informações, de fazer um ponto de situação nesta última Reunião de Assembleia Municipal. Desta forma, em primeiro lugar começou por agradecer aos colegas que fizeram parte da equipa durante os dois mandatos, com a plena consciência de que ninguém faz tudo bem sozinho, sendo o trabalho efetuado resultado de uma equipa e não um trabalho individual do próprio.

Todas as pessoas foram inexcedíveis na forma como se aplicaram em relação aos assuntos do aterro, mas, pelo facto de se ter conseguido passar ativamente durante cerca de dez anos sem qualquer tipo de polémica, e verificando-se que o aterro está a funcionar na concordância de todos envolvidos, é um sinal muito positivo. Na continuação, o mencionado deputado referiu que, conforme já anteriormente falado com o Senhor Presidente da Mesa, a obra que está a decorrer deveria estar concluída, mas tal não tem sido possível, pois há determinados materiais que têm sido rejeitados ao empreiteiro pois não estão de acordo com as especificidades exigidas no caderno de encargos, não obstante, de ser uma obra que até à data de ontem oferece todas as condições de segurança para o futuro, sendo que, o aterro inicial já começou a sua fase de selagem. Por sua vez, quanto à alternativa ao jardim, será sempre possível efetuar uma obra também com dignidade, porque é um espaço que merece que se tenha este tipo de ação, como também, aquando da altura de colocação da tela na parte que falta, será conveniente e necessário chamar a população de Chamosinhos e de S. Pedro da Torre para que possam ver por eles próprios o que lá se encontra, ou seja, que não verificará a preocupação que tinham de vir a existir futuras infiltrações de água.

Porem, não obstante o referido, salientou por último na Reunião a extrema importância da futura comissão de acompanhamento do aterro sanitário não facilitar sobre este assunto.

O Presidente da Mesa agradeceu a informação prestada e, de igual modo agradeceu todo o trabalho e dedicação dessa Comissão, considerando mesmo justo dizer, que foi das comissões que melhor funcionou, que sempre teve como preocupação informar todos os intervenientes no processo do que se ia passando e portanto, mais uma vez, agradeceu pela colaboração que o Senhor Deputado Salustiano Faria tinha dado e pela forma como representa aquela comissão na Assembleia Municipal. Após esta intervenção do Senhor presidente da Mesa, todos os membros agradeceram o trabalho efetuado pela referida comissão.

Desta forma, o **Sr. Deputado Salustiano Faria** retomou a palavra para, nesta qualidade, usufruir do seu período de intervenção.

Neste sentido, referiu de que ao fim de um ciclo de quarenta anos estava de saída, de consciência tranquila, sendo que, a sua participação na Assembleia Municipal teve como objetivo dar o melhor que soube para o concelho de Valença, não deixando de existir alguma desilusão com a democracia que hoje se vive a nível nacional, pois não é o 25 de Abril que sempre sonhou. A título individual foi sempre um opositor de qualquer forma de autoritarismo, sendo que, no início da sua

carreira profissional sempre e quando necessário se opôs aos seus chefes em pleno Salazarismo, sendo que, hoje em dia verifica de que existe medo. Esta situação não se reporta a este Órgão, muito pelo contrário, nas Reuniões da Assembleia Municipal as pessoas são totalmente livres de expressarem as suas ideias e as suas opiniões. Deste modo, o Sr. Deputado Salustiano Faria pretendeu ultimar a sua intervenção, dirigindo-se para o efeito aos membros que irão integrar a Assembleia Municipal que procurem fazer o melhor possível, que procurem contribuir para que Valença seja uma terra cada vez mais conhecida pelos seus aspetos positivos e votos de um excelente trabalho, sendo que, como público também ele fará a sua pontual visita aquando das Reuniões do Órgão.

Após esta intervenção, o Senhor Presidente da Mesa desejou ao Sr. Deputado Salustiano Faria os maiores votos de sucesso pessoais e a todos aqueles que vão deixar o Órgão.

No prosseguimento da reunião, o Senhor Presidente da Mesa dirigiu-se ao senhor Vice – Presidente da Câmara Municipal de Valença, Senhor Manuel Lopes, para que o mesmo, caso pretenda, possa intervir.

Deste modo, o **Sr. Vice – Presidente da Câmara Municipal de Valença** dirigiu os respetivos cumprimentos protocolares, lamentando o facto de não estarem todos os membros presentes. Iniciou a sua intervenção, com agradecimentos dirigidos ao Senhor Salustiano Faria enquanto Presidente da Comissão de Acompanhamento do Aterro Sanitário, da qual teve o privilégio de acompanhar de perto e ter feito parte dessa comissão, sendo que, foi uma comissão que funcionou muito bem e tem obra feita para todos os valencianos poderem ver, não podendo deixar de se lamentar, pelo facto de não ter existido grande acompanhamento por parte da população, nomeadamente das pessoas de Chamosinhos. O Senhor Vice-Presidente da CMV à semelhança dos agradecimentos e testemunho dos três anteriores oradores, também, em nome do executivo pretendeu manifestar os agradecimentos públicos por toda colaboração e apoio ao município que foram efetuados até ao fim dos seus mandatos, como também aos outros membros presentes, agradecer todo o trabalho desenvolvido a favor dos valencianos e da comunidade valenciana, tendo a certeza que todos deram o seu melhor contributo, deram o melhor que sabiam e, muitas vezes, sacrificando a própria vida pessoal com o maior tempo disponível dedicado à vida coletiva.

Após a referida intervenção, o Senhor Presidente da Mesa agradeceu a intervenção do Sr. Vice- Presidente da CMV e no prosseguimento da Reunião, passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

Após respetivos cumprimentos, o Sr. Deputado Salustiano Faria procedeu ao abandono da reunião pelo que o Presidente da Mesa solicitou aos Senhores Secretários para verificarem o quórum.

Verificando-se quórum num universo de vinte deputados, o Presidente da Mesa prosseguiu com a Reunião, passando então ao respetivo ponto da ordem de trabalhos:

1º PONTO – Apreciação da Informação Escrita do Presidente da C.M.V.

O Presidente da Mesa solicitou aos presentes quem se queria inscrever, verificando-se as inscrições dos Senhores Deputados Augusto Natal e Inês Ferreira.

Deste modo, foi dada a palavra ao **Sr. Deputado Augusto Natal**, o qual iniciou a sua intervenção informando de que a mesma consistiria precisamente no facto do presente dia ser uma despedida.

Assim, e após dirigir saudações protocolares aos presentes, comunicou de que tinha iniciado a sua vida política com instrução de democracia e reconhecimento da importância que as freguesias ao tempo denominadas juntas de freguesias assumiam no esquema autárquico de Portugal. Referiu de que, sempre se habituou a lutar pelo bem estar da sua freguesia e dos seus conterrâneos, a nível associativo com o objetivo de facultar cultura, desporto, recreio. De modo geral, procurou sempre proporcionar o melhor bem estar às pessoas da sua freguesia. Foi com esta lógica que logo desde o início que foi convidado para fazer parte da comissão administrativa nos primórdios da sua freguesia enquanto não eram realizadas as respetivas eleições democráticas. Em 1976 foram realizadas as primeiras eleições livres com a sua integração em listas vencedoras, acabando por ter desempenhando várias funções executivas em diversas áreas e, conseqüentemente como Presidente da Junta da Freguesia nas eleições que se seguiram e que agora termina. Neste sentido, foi com muita honra, reconhecimento e gratidão ao povo da sua freguesia que se dirige ao Senhor Presidente da Mesa, restantes elementos que a compõem, ao Senhor Vice – Presidente da CMV e aos restantes membros do Órgão. Honra, por ter sido escolhido por um povo trabalhador, lutador, cioso da sua importância no concelho. Reconhecendo responsabilidade de tal escolha, de auto responsabilidade que tanto implica, que tanto implicou a sua postura perante os seus conterrâneos, gratidão pelo facto de verem durante onze eleições consecutivas a pessoa certa para os representar, sendo certo que a reintegração nas sucessivas eleições, importou cada vez mais responsabilidades. Não pode negar que o exercício de tais funções como Presidente da Junta de Freguesia de Cristelo – Covo o encheu de alegria, ânimo para lutar com força renascida perante cada reeleição, no entanto, como muitos sabem, o exercício de tal cargo não é fácil. Efetivamente um dos sacrifícios exigidos, assumidos e suportados foram dirigidos à sua família. Neste sentido, fez um breve agradecimento à tolerância, compreensão, à privacidade do exercício de tal cargo que o obrigou pedir às vezes ou impor mesmo à sua família, nomeadamente à sua mulher e filha, levando a que várias vezes foram relevadas para segundo plano em detrimento dos interesses da freguesia. Sempre demonstraram a aceitação de tais sacrifícios: à minha família, os meus agradecimentos.

No prosseguimento da sua intervenção, o Sr. Deputado Augusto Natal ainda referiu de que, todos reconhecem que no exercício das suas funções, não relevou amigos nem despertou inimigos, todo foram servidos com atenção e cuidado na defesa dos seus interesses, sendo que, o exercício de funções muitas vezes obriga a não poder satisfazer todos os interesses implicando perdas de amizade de conterrâneos menos convencidos, não deixando de ser certo que essas pessoas nunca perderão a sua amizade. Essa foi e deverá ser sempre a postura de um presidente da junta de freguesia. Assim, da sua parte, existe uma saída com consciência tranquila, mas sempre interrogando-se se algo não poderia ter sido melhor. Porém, existe a consciencialização de que presentemente existem dificuldades e circunstâncias diferentes dos seus primeiros passos na vida política, aquando do início de um estado democrata em Portugal. Foi um ciclo com esta configuração durante cerca de quarenta anos, terminando no fim do corrente ano. Seguir-se-á um novo ciclo do qual várias freguesias se aglutinaram formando um só corpo político. O ciclo político ao qual pertencia terminará em breve, sendo que, não será mais candidato à freguesia de Cristelo Covo, porque a freguesia como órgão político autónomo deixou de existir. Esta situação, fará com que seja o último presidente da junta de freguesia de Cristelo- Covo, não se arrependendo, nem se encontrar desiludido pelo caminho percorrido, com muitas amizades criadas e abrangendo uma

atuação em todo o Concelho, algo que lhe é motivado intrinsecamente na sua forma de estar. Neste enquadramento, não pode deixar de fazer uma referencia amiga que vem de à longos anos, e apresenta desde já desculpas, caso não se recorde de alguém. Neste sentido, gostaria de recordar Manuel Rodrigues , ex – presidente da junta de freguesia de Gondomil e ex – representante dos presidentes de junta, falecido perto de si no café do Cantinho, como também Paulino Alves falecido e ex-membro desta Assembleia e ex – arbitro de futebol, Mário Andrez o mais antigo de todos no Órgão, também o Salustiano Faria com quem conviveu durante vários anos e também na área desportiva e social, não se esquecendo do amigo Jorge de Boivão, que em vinte e quatro horas conseguiram uma grande proeza. Por último, referencia à melhor amiga no cruzamento político, colega e ex-presidente da junta de freguesia de Arão: Elisabete Viana, ao longo de muitos anos conviveram, e por último, à filha, aos miúdos e para todos Vós um Bem Haja e para todos os que ficarem que continuem a trabalhar pela democracia, e para os que partem, esperamos voltar por aqui a cem anos.

O Presidente da Mesa agradeceu e desejou felicidades ao Sr. Deputado Augusto Natal e fez votos para que continue a labutar pelo concelho de Valença

De seguida, foi passada a palavra à **Sra. Deputada Inês Ferreira**, sendo referido de que, apenas pretendia questionar o Senhor Vice – Presidente da CMV sobre, no que consistirá o arranjo urbanístico do fosso do Ganadinho e, que tipo de renovação interior e exterior se pretende efetuar no cemitério municipal de Valença.

Deste modo, o **Sr. Vice -Presidente da CMV** já no uso da sua palavra, iniciou a sua intervenção proferindo palavras de agradecimentos ao Sr. Deputado Augusto Natal por todo o contributo dado a esta Assembleia e de um modo geral e mais abrangente a todos os valencianos, sendo que, seria muito positivo que todas as pessoas dessem algo como o próprio deu na vida política a este município, pelo que agradeceu em nome do executivo.

Relativamente às questões colocadas pela Sra. Deputada Inês Ferreira, o arranjo do fosso do Ganadinho consistirá no prolongamento do passeio já existente, um novo acondicionamento em termos de estacionamento automóvel e um novo piso em lajeado para substituir o seixo existente. De modo geral, poder-se-á dizer que ficará mais condizente com a renovação da Fortaleza da terceira fase, sendo importante referir de que, o executivo aguarda pela abertura de candidaturas, para executar a quarta fase de obra na Fortaleza, para que esta venha a ser uma realidade.

No que diz respeito ao cemitério municipal e como é sabido, este cemitério é o que se encontra nas piores condições do concelho. Em primeiro lugar, pelo seu aspeto exterior em que nada dignifica os entes queridos que lá se encontram, em segundo lugar, pelos problemas que existem, muito motivados por raízes de árvores e arbustos que em contacto com canalizações muito antigas as danificam, não permitindo que muitas campas tenham asseguradas o devido escoamento de água, o que cria situações complicadas. Desta forma, é intenção num futuro próximo efetuar a respetiva obra ou seja, levantar tudo o que é passado, fazer novas definições e alinhamentos, arrancar arbustos e árvores que estejam a prejudicar o escoamento de águas e, ao mesmo tempo, estudar novas plantações de espécies.

A esta organização espacial do cemitério, também será elaborado novo regulamento que se adapte aos dias de hoje, procurando sempre que seja um documento igualitário, numa matéria tão sensível como esta, sendo aquando da sua elaboração, o mesmo será submetido à apreciação da Assembleia Municipal.

Após agradecimentos do Senhor Presidente da Mesa pela intervenção do Sr. Vice – Presidente da CMV, passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos:

2º PONTO – INFORMAÇÃO ECONÓMICA-FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE VALENÇA - 1º SEMESTRE

O Presidente da Mesa solicitou aos presentes quem se queria inscrever, verificando-se apenas a inscrição do **Sr. Deputado Soares Pereira** pelo que de seguida foi-lhe dada a palavra, iniciando a sua intervenção com os respetivos cumprimentos protocolares a todos os presentes.

Neste sentido, o mencionado Deputado iniciou a sua intervenção, referindo que, atendendo ao respeito do período de reflexão que decorre no presente dia, apraz dizer que foram lidos atentamente os documentos relativos à situação económica-financeira do Município relativa ao primeiro semestre do corrente ano e que esse documento demonstra que o município se mantém dentro da linha de gestão a que já habituou este Órgão.

O Presidente da Mesa, agradecendo a intervenção do mencionado Deputado, deu a palavra ao **Sr. Vice – Presidente da CMV** que no uso da sua palavra, referiu que, os documentos presentes na Reunião, confirmam a redução da dívida a curto prazo, mesmo com aumento de investimento relativo às obras seguintes: qualificação dos pavilhões desportivos, arquivo municipal e CIL – Centro de Inovação e Logística. Por sua vez também referiu de que, na ótica da receita, verifica-se uma diminuição de verbas, exatamente porque no último tempo não se verificaram obras de loteamento de dimensão no concelho de Valença, como também de receitas de publicidade derivado de alterações do regulamento de publicidade em espaço público.

Por sua vez e, na rubrica de despesas com pessoal, existiu um aumento, motivado pelo pagamento de subsídio de férias e pagamento de subsídio de natal em duodécimos, sendo que, particularmente a primeira situação, não estava prevista mas que, o executivo considerou por bem que fossem efetuados os referidos pagamentos.

Após agradecimento pelo Presidente da Mesa relativo a esta intervenção, foi salientado ao Plenário de que este ponto da ordem de trabalhos não está sujeito a votação mas sim, é apenas de carácter informativo.

Entretanto, o Presidente da Mesa informou de que tinha chegado à mesa um pedido de agendamento de um novo ponto para a ordem de trabalhos, sendo que o mesmo já tinha sido discutido e acordado em sede da comissão permanente preparatória da presente sessão, ser feito nesta altura. Neste sentido, o Senhor Presidente da Mesa apresentou a metodologia que iria ser efetuada na Reunião relativa ao referido ponto, a qual passaria por pedir autorização aos membros da Assembleia Municipal para inclusão desse ponto na ordem de trabalhos relacionado com o recrutamento excecional de lugares precisos para abrir no quadro de pessoal da CMV. Neste sentido, solicitou autorização aos Senhores Deputados para incluir este ponto na Ordem de Trabalhos da presente Reunião. Após confirmação do quórum pelos Senhores Secretários num universo de vinte deputados, verificou-se a seguinte votação relativo à deliberação sobre a inclusão do referido ponto na ordem de trabalhos: **O votos contra, O abstenções, 20 votos a favor.**

Desta forma, foi **a inclusão de um novo ponto na ordem de trabalhos aprovado por unanimidade**.....

De seguida, o Presidente da Mesa comunicou de que a ordem de trabalhos prosseguirá na ordem que estava estabelecida e será então introduzido o quinto ponto: Recrutamento Excecional.

Deste modo, no prosseguimento da Reunião, passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

3º PONTO – TAXAS MUNICIPAIS PARA 2014

Este ponto, após auscultação do Presidente da Mesa, teve como única inscrição para intervenção do **Senhor Deputado Soares Pereira**, sendo que, antes da intervenção do mencionado deputado, o Senhor Presidente da Mesa informou os membros que iriam ser distribuídas cópias dos documentos relativos ao quinto ponto da ordem de trabalhos para respetiva discussão.

Deste modo, e já na posse da palavra, o **Sr. Deputado Soares Pereira** referiu de que existe a tentativa de ser o mais objetivo possível na defesa das taxas para 2014 que a CMV propõem aos membros desta Assembleia, sendo que, já em Setembro de 2012 foi este Órgão que discutiu e aprovou as taxas para o ano de 2013. Sendo sabido que as receitas do imposto municipal sob imóveis tinham aumentado mas ainda era desconhecido o impacto das avaliações em curso sobre todos os prédios que em Dezembro de 2011 não tinham ainda o seu valor patrimonial calculado, de acordo com as novas regras do IMI. Em 2013, foi sabido de que, a subida da receita do IMI estava consolidada e, nessa altura, foi questionado ao Senhor Presidente da CMV se a intenção anunciada na Reunião de Abril do corrente ano, ou seja, de propor a bonificação em sede de IRS e a criação de isenções em sede de IMI se mantinham, sendo confirmado pelo próprio, conforme transcrição de ata que o Senhor Deputado passou a transcrever: *As estimativas do IMI para 2013 são idênticas às do ano passado, houve um provável aumento de 3%, é intenção de manter o IMI numa taxa mais baixa e para 2013 trazer algumas alteração em sede de IMI e de bonificação de IRS, não de 5% como anteriormente tinha afirmado, mas de 2,5% depois de ser abordado em Reunião da CMV e criar isenções nomeadamente para frações habitacionais dentro da Fortaleza, como anteriormente abordado.*

O mencionado Deputado, salientou ainda a importância de referir de que esta é a novidade introduzida na fixação de taxas para o ano de 2014. Para além de manter as taxas de IMI, fixaram no nível mais baixo admissível, diminuí a carga fiscal dos seus municípios através de bonificação de benefícios fiscais que visam não só a fixação de pessoas no concelho como a revitalização do casco urbano intra-muros, quer sob o ponto de vista habitacional, como sob a perspectiva comercial, considerando o dia em que ocorre a discussão desta matéria, remetemos o mérito da proposta apresentada no que concerne às restantes taxas apresentadas. Relativamente à bonificação em sede de IRS e isenção em sede de IMI, o concretizado anúncio feito no decorrer do mandato, regista-se assim com agrado a proposta da CMV: manter a taxa de IMI no mínimo diminuindo o esforço tributário dos municípios através das bonificações apresentadas.

No prosseguimento da sua intervenção, o **Sr. Deputado Soares Pereira**, referiu de que o seu grupo concordava com a proposta pelo que votava favoravelmente as taxas de bonificação e isenções propostas. O Senhor Presidente da Mesa agradeceu a intervenção e de seguida passou a palavra ao Senhor Vice Presidente da CMV para intervir sobre esta matéria, sendo que, o Senhor Manuel Lopes, salientou a importância de mais uma vez se assistir ao não agravamento da vida dos valencianos, convocando no tempo alguns membros presentes aquando era presidente da junta de freguesia de Ganfei para se lembrarem que tinha apresentado proposta de diminuir o IRS ao anterior executivo e, presentemente como autarca, seria de muito mau grado, não ter trazido esta matéria à Assembleia Municipal e a todos os valencianos. Desta maneira, referiu de que essa mesma proposta está concluída para que no próximo ano seja diminuída a tributação do IRS, sendo que, importa referir de que a consumação desta situação implicará uma diminuição de receita de cerca de duzentos e quarenta mil euros. Por sua vez, também é importante referir de que, manter o IMI na taxa mais baixa do distrito, também foi uma preocupação deste executivo, no que diz respeito à redução do IMI dentro da Fortaleza, particularmente as habitações próprias com o objetivo de virem a ser recuperadas. Esta situação irá carecer de uma análise, de um levantamento por parte da CMV

de todos os imóveis degradados dentro da Fortaleza. Esse levantamento ocorrerá entre meados de Outubro e os primeiros dez dias de Novembro do presente ano. Por último, referiu de que existe também aqui uma fator qualitativo, que advém do propósito deste executivo pretender dar mais vida intra-muros, sendo que todo este trabalho, decorrerá, acima de tudo com ideias e espírito de boa colaboração com os intervenientes.

No prosseguimento da Reunião, o Senhor Presidente da Mesa agradeceu a intervenção e dado que, o Senhor Deputado Soares Pereira não pretendeu fazer mais uso da sua palavra, foi verificado pelos Senhores Secretários a existência de quórum num universo de vinte deputados.

De seguida, foi colocado este ponto da ordem de trabalhos à votação, verificando-se o seguinte resultado: **zero votos contra, zero abstenções, vinte votos a favor, pelo que este ponto da ordem de trabalhos foi aprovado por unanimidade.....**

De seguida o Senhor Presidente da Mesa passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos:

4º PONTO – COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS

Com uma única inscrição da **Sra. Deputada Inês Ferreira**, foi dada posse à sua palavra, a qual, agradeceu a informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos pelo Senhor Presidente da CMV ao abrigo da autorização concedida por esta Assembleia Municipal.

Neste sentido e no prosseguimento da Reunião, o Senhor Presidente da Mesa informou o plenário de que o presente ponto da ordem de trabalhos não carece de deliberação, sendo apenas de carácter informativo e de seguida deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente da CMV. O Senhor Manuel Lopes, no uso da sua palavra referiu de que, como é do conhecimento geral, é da competência da Assembleia Municipal a assunção de compromissos plurianuais, todavia, este Órgão delegou em Reunião de vinte e nove de Dezembro do ano anterior no executivo e depois deste, no Senhor Presidente da CMV esta competência. Neste sentido, o facto de o executivo estar a dar conhecimento, advém de ser considerado que assim deve ser feito, procurando clareza e transparência sobre esta matéria, apresentando para o efeito as dez medidas que foram efetuadas durante este último ano.

Após a referida intervenção, o Senhor Presidente da Mesa agradeceu ao Sr. Vice-Presidente da CMV e, pelo facto da Sra. Deputada Inês Ferreira não pretender fazer mais uso da sua palavra, passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

5º PONTO – RECRUTAMENTO EXCECIONAL

O Senhor Presidente da Mesa solicitou inscrições para as respetivas intervenções aos Senhores Deputados, sendo que, apenas a **Sra. Deputada Inês Ferreira** o pretendeu fazer. Assim, no uso da sua palavra, referiu que o Grupo da qual é representante iria aprovar a proposta apresentada pelo Município.

Com este seguimento, e dado que o o Sr. Vice – Presidente da CMV não pretendeu fazer mais uso da sua palavra, foi solicitado aos Senhores Secretários para verificarem o quórum, constatando um universo de vinte deputados. De seguida, foi colocado este ponto da ordem de trabalhos à votação, verificando-se o seguinte resultado: **O votos contra, O abstenções, 20 votos a favor, pelo que este ponto da ordem de trabalhos foi aprovado por unanimidade.....**

Neste sentido, o Senhor Presidente da mesa informou de que os pontos da ordem de trabalho da presente sessão tinham chegado ao seu termo, pelo que solicitava mais algum tempo para que os

Senhores Secretários pudessem ultimar a ata em minuta, de forma a ser sujeita à respetiva votação.

Aquando da sua elaboração, o **Senhor Primeiro Secretário Mário Rui Pinto de Oliveira**, procedeu à leitura da ata em minuta. Finda esta leitura e num universo de vinte deputados, colocada à votação, registou-se o seguinte resultado: **O votos contra, O abstenções, 20 votos a favor, pelo que a ata em minuta foi aprovada por unanimidade.....**

Deste modo, o Senhor Presidente da Mesa comunicou ao plenário que estavam finalizados os trabalhos desta sessão, agradecendo a colaboração de todos, sem deixar de realçar e sublinhar a prática bem presente de todo espírito democrático ocorrido na Reunião. Por último, a todos os membros desejou os maiores sucessos pessoais e profissionais.

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presenta Ata, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal Alberto Luís de Oliveira Vilas** e pelo funcionário que a redigiu.

O Presidente da Assembleia Municipal

O Secretário de Apoio à Assembleia Municipal

(Alberto Luís de Oliveira Vilas)

(Eugénio Manuel A. S. Domingues)